

Perspectivas para a Sustentabilidade: o caso dos Açores

Sérgio COSTA¹, Pedro SANTANA¹, Gonçalo LOBO², João ALMEIDA¹,
Filipe CASTRO¹, Pedro GONÇALVES¹, Sérgio ALMEIDA¹, Regina NOGUEIRA¹,
António BRITO¹

¹Universidade do Minho, sergio-costa@netcabo.pt, agbrito@deb.uminho.pt; ²Universidade Nova de Lisboa.

Resumo

O *desenvolvimento sustentável* assume a protecção e gestão otimizada dos recursos naturais, mas também implica, necessariamente, o desenvolvimento económico e social. O modelo de desenvolvimento a implementar deve permitir a formulação e aplicação de uma estratégia assente em pressupostos de sustentabilidade, assumidos numa perspectiva de participação e envolvimento de todas as partes interessadas. Neste contexto, a situação periférica da Região Autónoma dos Açores potencia fragilidades e acentua vulnerabilidades, mas as especificidades existentes também proporcionam possibilidades de diferenciação que podem (devem) concretizar oportunidades privilegiadas para a implementação de uma estratégia inovadora de desenvolvimento. É neste sentido que importa concretizar na Região Autónoma dos Açores os desideratos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e acautelar a incorporação das especificidades regionais em futuras revisões da mesma permitindo, desta forma, a salvaguarda das particularidades ambientais, económicas e sociais dos Açores no contexto nacional e comunitário. A presente comunicação apresenta alguns contributos para este fim, desenvolvidos no âmbito dos **Estudos de Base** do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PReDSA) (<http://sra.azores.gov.pt/predsa>).

Enquadramento

O século XX foi, reconhecidamente, um período de significativos progressos tecnológicos, económicos e sociais, ainda que muitas vezes associados a uma intensa pressão sobre os recursos naturais. Nesse contexto, o desafio actual reside em articular uma economia tecnologicamente evoluída com uma sociedade mais equitativa, melhorando a produtividade dos recursos e dissociando o crescimento económico da degradação do meio ambiente, de forma a estabelecer uma situação de equilíbrio entre as variáveis ambientais e os aspectos sociais, económicos e institucionais (**Figura 1**). Este paradigma é a base do conceito de *desenvolvimento sustentável*, que tem evidenciado a convergência de interesses da engenharia do ambiente com outros domínios de conhecimento. Os instrumentos metodológicos para auxiliar a concretização prática deste tipo de abordagem têm conhecido desenvolvimentos significativos nas últimas décadas e, entre eles, merecem destaque os planos estratégicos com expressão territorial ou sectorial e os processos de certificação a nível da actividade industrial e de outras tipologias organizacionais, designadamente municípios e regiões. Neste contexto, mas com uma perspectiva mais integradora, estão a decorrer os trabalhos de elaboração da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e do respectivo Plano de Implementação, tendo a Região Autónoma dos Açores entendido promover o desenvolvimento de uma abordagem *bottom-up* para a efectivação da Estratégia, a qual recebeu a designação de **Estudos de Base do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PReDSA)**. O trabalho tem sido orientado pela **Direcção Regional do Ambiente/Secretaria Regional do Ambiente**, com execução a cargo de uma equipa técnica coordenada pela

Universidade do Minho e materializa o esforço do Governo Regional na integração das especificidades regionais nesse processo e na promoção do envolvimento dos diversos agentes da sociedade açoriana.

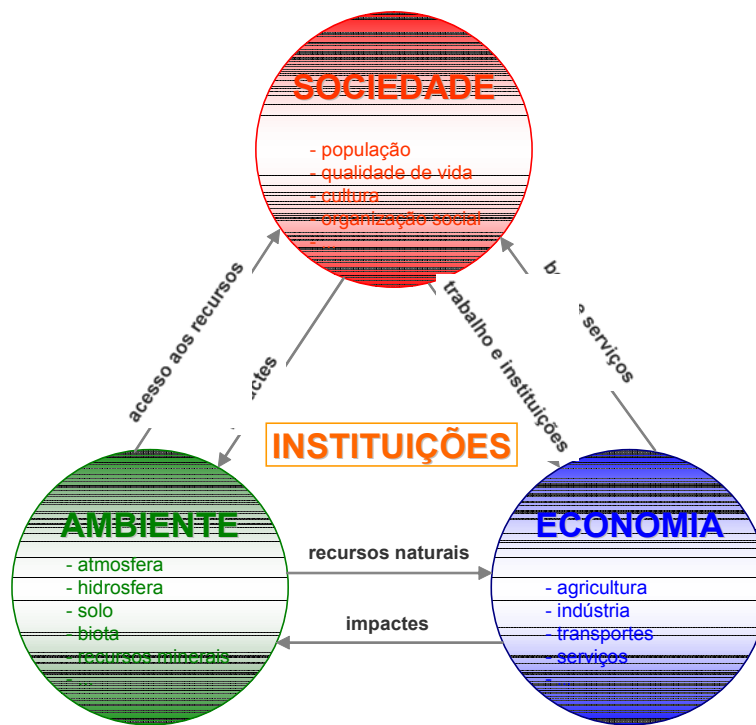


Figura 1 Dimensões da sustentabilidade

Metodologia

A implementação de um processo de desenvolvimento sustentável requer um suporte de informação de base que permita estabelecer a situação actual e avaliar perspectivas de desenvolvimento, a partir das quais se poderá, de forma porventura mais coerente, evoluir para a respectiva fase de operacionalização. É esse o propósito assumido pelos **Estudos de Base** que constituem, acima de tudo, um contributo para a discussão e desenvolvimento de algumas ferramentas que poderão facilitar a prossecução e avaliação da sustentabilidade da Região (Figura 2).

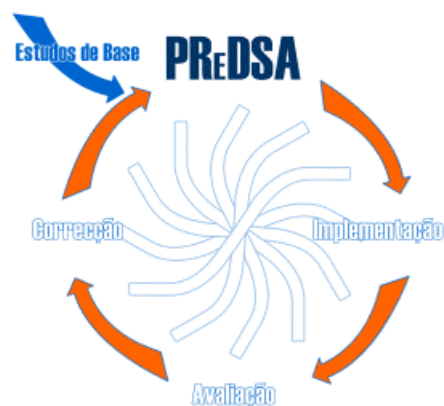


Figura 2 Os Estudos de Base procuram contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável nos Açores

Neste sentido, os **Estudos de Base** do PRDSA contemplam as componentes que, seguidamente, se descrevem de forma sucinta.

Situação de Referência – Analisando o Presente

O primeiro passo necessário para a definição de um processo de desenvolvimento sustentável é o conhecimento da situação que configura o ponto de partida para a abordagem a esse desafio. Assim, esta componente pretende contribuir para o diagnóstico de diferentes vectores que caracterizam a Região Autónoma dos Açores na perspectiva da sustentabilidade, procurando identificar os problemas, os constrangimentos e as oportunidades que fundamentarão as linhas de actuação a prosseguir.

Neste contexto, a análise do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores baseia-se fundamentalmente numa proposta de Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, através da qual procurou efectuar-se um contributo para o diagnóstico das dimensões ambiental, económica, social e institucional, tendo em conta análises temporais, espaciais e de *benchmarking* com outras regiões/países.

Este tipo de análise é complementado com outras ferramentas, como o *Dashboard of Sustainability* do International Institute for Sustainable Development (que consiste numa metodologia gráfica de análise do estado de desenvolvimento de um determinado sistema, neste caso relativamente à sustentabilidade do território, tendo por base a comparação de indicadores entre as várias regiões/países que constituem a amostra) e outros índices de desenvolvimento (como o *Índice de Desenvolvimento Humano (HDI)* da Organização das Nações Unidas, o *Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES)* ou o *Índice de Desenvolvimento Social (IDS)* do Departamento de Prospectiva e Planeamento do antigo Ministério do Planeamento).

As diversas ferramentas de análise podem ser apresentadas em blocos de informação distintos mas complementares, organizados por descritor e complementados com elementos resultantes de iniciativas de participação pública, de forma a permitir uma análise integrada dos diferentes vectores ambientais, económicos, sociais e institucionais que constituem a realidade açoriana.

Os descritores contemplados na análise da situação de referência, desenvolvidos em 68 indicadores, são os seguintes:

- dimensão ambiental: atmosfera, solo e ordenamento do território, água, biodiversidade, resíduos
- dimensão económica: macroeconomia, sectores económicos (agropecuária, pesca, turismo, energia, indústria, transportes)
- dimensão social: população, saúde, educação, habitação, segurança
- dimensão institucional: gestão institucional e local, sociedade de informação e participação, investimento e despesa, gestão de riscos

A **Figura 3** apresenta o exemplo de um dos descritores abordados nesta análise da situação de referência.

Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

a) Preocupação referida pelos participantes:

- Degradação dos recursos hídricos, com contaminação dos lençóis freáticos

a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Elevada quantidade de químicos utilizada na agropecuária

a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Controlo do uso de fertilizantes, nomeadamente através da aposta na educação ambiental

a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Inexistência ou deficiente funcionamento de ETAR

a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Construção de novas ETAR
- Construção de pequenas unidades locais de tratamento de águas

Intensidade de exploração de água

Verifica-se uma tendência de evolução crescente da intensidade de exploração de água (razão entre necessidades e disponibilidades do recurso), observando-se uma taxa de cerca de 13% no total do arquipélago, em 2002. No âmbito regional, esta intensidade é superior nas ilhas de Santa Maria, São Miguel e Flores, podendo inferir-se uma maior pressão sobre os recursos hídricos dessas ilhas.

No entanto, as disponibilidades continuam a ser suficientes para suprir as necessidades em todas as ilhas, desde que se consigam adoptar medidas de protecção dos recursos hídricos e uma gestão mais eficiente que permita estabilizar a intensidade de exploração do recurso.

Qualidade das águas superficiais

Quanto à qualidade para usos múltiplos, estima-se que cerca de 41% das 17 lagoas analisadas possa ser classificada como "poluída", 47% avaliada como "fracamente poluída" e apenas a cerca de 12% possa ser atribuída a classificação de ausência de poluição (nomeadamente às lagoas Comprida e Rasa, da ilhas das Flores).

Sobre a componente relativa à qualidade trófica, estima-se que mais de metade das 17 lagoas analisadas (cerca de 60%) apresentem características de um estado "mesotrófico", enquanto que as restantes possam ser classificadas como "eutróficas", o que deixa antever que este fenómeno afecta os ecossistemas lagunares açorianos de forma significativa.

O último vector deste indicador (qualidade ecológica) tem especial relevância para o cumprimento dos objectivos da Directiva Quadro da Água (DQA) e classifica as massas de água em função do desvio em relação à sua qualidade física e química pristina. Verifica-se que, segundo uma análise preliminar, a maior parte (cerca de 40%) das 12 lagoas analisadas apresenta um estado de qualidade ecológica "razoável" e cerca de 30% é classificado como "bom a razoável", sendo que nenhum dos sistemas lagunares analisados foi classificado como "bom" ou "excelente" em termos de qualidade ecológica.

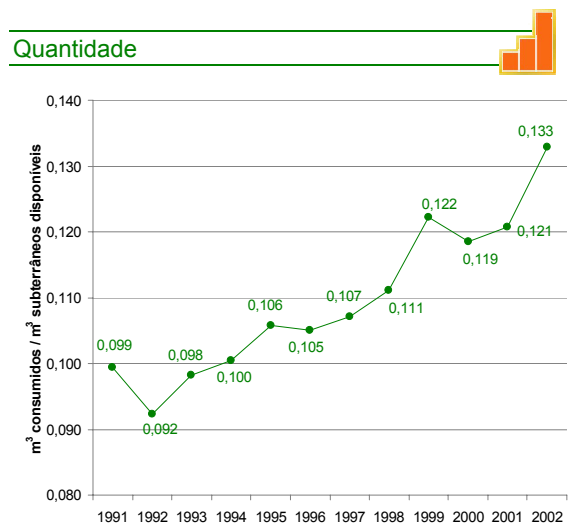


Figura 3.7 Evolução temporal da intensidade de exploração de água [1991-2002]

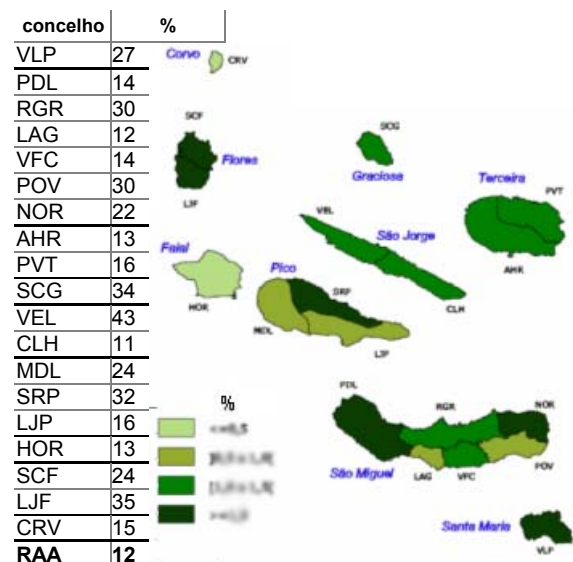


Figura 3.8 Intensidade de exploração de água por concelho [2001]

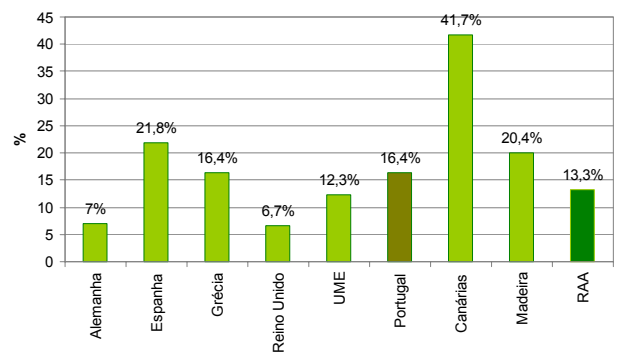


Figura 3.9 Intensidade de exploração de água em várias regiões/países [2002]

Figura 3 Exemplo de um descritor da análise da situação de referência

Cenários e Visões – Explorando o Futuro

O conceito de desenvolvimento sustentável, ainda que saliente a importância das aspirações actuais está, sobretudo, orientado para o futuro, procurando assegurar que o mesmo revele uma sociedade justa e solidária. Nesse sentido, e no intuito de contribuir para uma reflexão aberta sobre o futuro dos Açores, os **Estudos de Base** do PReDSA apresentam um conjunto de diferentes **cenários de desenvolvimento**, cuja análise e discussão pode conduzir à formulação de uma **visão de futuro** para a Região.

A situação periférica dos Açores acentua algumas vulnerabilidades mas, em contrapartida, as especificidades existentes também proporcionam uma diferenciação que pode concretizar oportunidades para uma estratégia inovadora de desenvolvimento. Mas como se desejam os Açores em 2030 ou em 2050? Que grau de expansão turística deve ser favorecido? Que significado é esperado da fileira económica associada aos lacticínios? Que resultados e soluções devem ser encontrados para favorecer a coesão social? Devem as instituições preparar-se para transições profundas na sua estratégia de actuação ou promover as tendências actuais?

O contributo dos **Estudos de Base** para a reflexão destas e de outras questões é efectuado através da discussão de cenários alternativos, cuja formulação obedeceu a uma metodologia baseada em imagens extremas e hipóteses contrastadas. A cada cenário foi associado um conjunto de forças motrizes dominantes (factores chave no presente que podem condicionar o desenrolar dos acontecimentos no futuro) (**Figura 4**), uma narrativa das principais características e, finalmente, um diagrama causal, relacionando as forças motrizes com alguns eventos e acções.

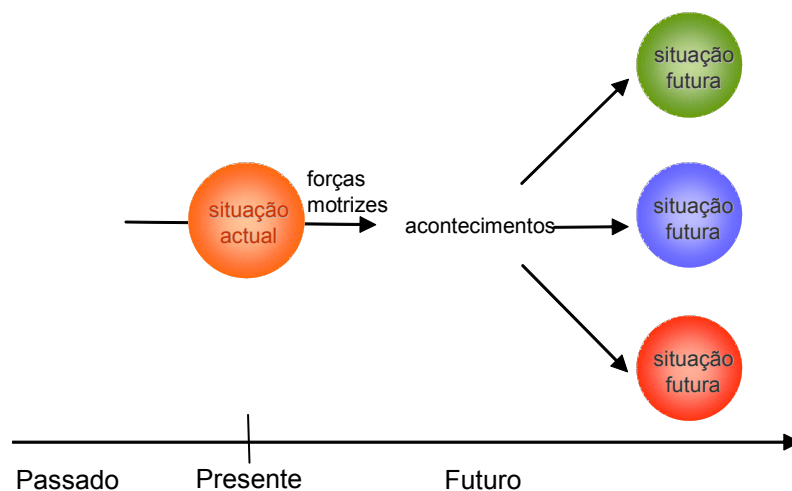


Figura 4 A situação actual pode dar origem a várias hipóteses alternativas de futuro

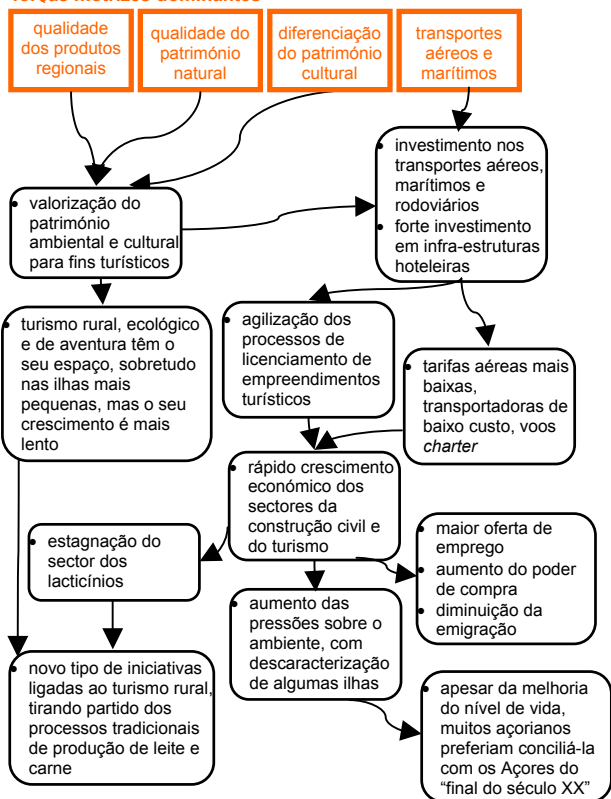
Os cenários propostos, que contemplam aspectos propositadamente polémicos e, portanto, úteis para discussão, constituem apenas futuros hipotéticos, embora recorram a aspectos facilmente identificáveis da realidade açoriana e sejam internamente coerentes, ou seja, com relações causa-efeito. Note-se que um cenário não é uma previsão nem pretende representar uma projecção de tendências passadas (esse tipo de abordagem será adequado para algumas análises sectoriais de curto prazo, mas não se enquadra em contextos de longo prazo, complexos e de elevada incerteza). Não obstante, a discussão de cenários constitui um exercício de cidadania que pode motivar a definição de um modelo de desenvolvimento equilibrado e promover a obtenção de consensos e prioridades estratégicas. A **Figura 5** apresenta os diagramas causais para cada um dos cenários de desenvolvimento, reportados ao **ano horizonte de 2030**.

1. HOTELÂNDIA

um cenário baseado no desenvolvimento turístico

É necessário potenciar a qualidade dos produtos regionais e dos patrimónios natural e cultural em termos de aproveitamento turístico. Para tal, há uma aposta muito forte em infra-estruturas hoteleiras e de transportes aéreos e marítimos.

forças motrizes dominantes

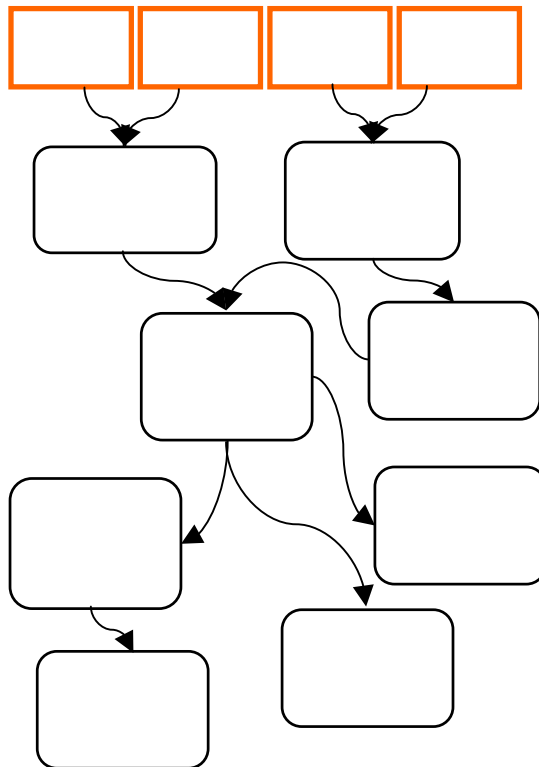


2. LACTOGENIA

um cenário baseado no desenvolvimento agropecuário

Os fundos provenientes da União Europeia devem ser aproveitados para um aumento da produção de produtos regionais de qualidade provenientes do sector dos lacticínios e da carne, que são uma imagem de marca da Região. Esta aposta estratégica deverá resultar na intensificação da actividade agropecuária açoriana.

forças motrizes dominantes



3. ECOTOPIA

um cenário baseado na protecção do património natural

O património natural é aquilo que os Açores têm de mais precioso e como tal deve ser salvaguardado e valorizado. O potencial geotérmico deve ser optimizado e os riscos geológicos minimizados.

forças motrizes dominantes

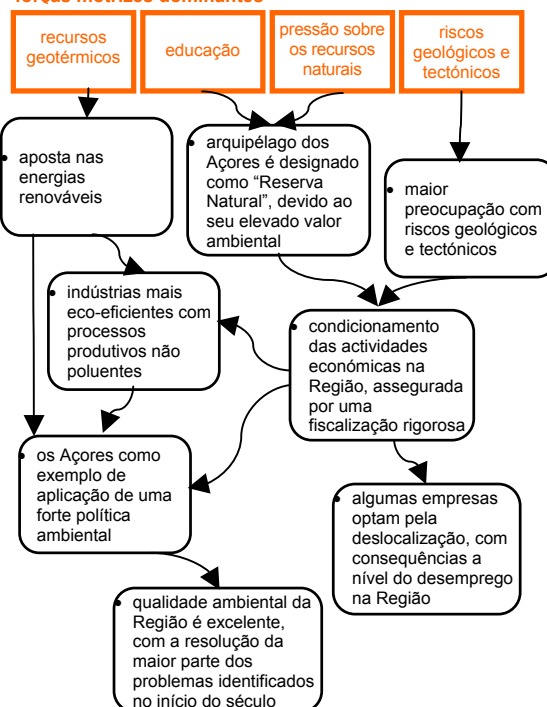
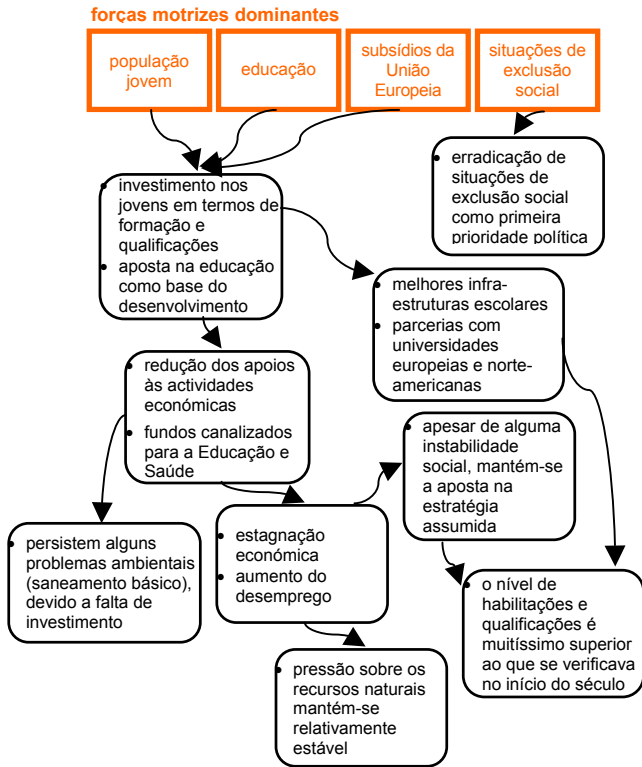


Figura 5 Diagramas causais dos cenários de desenvolvimento elaborados

4. SOCIOPOLIS

um cenário baseado no desenvolvimento social

O investimento prioritário deve ser nas pessoas. A exclusão social deve ser imediatamente erradicada da Região e o desenvolvimento deve ser baseado na educação e na segurança social, para onde passam a ser preferencialmente canalizados os fundos provenientes da União Europeia.



5. INFOCRACIA

um cenário baseado numa aposta na sociedade de informação

O isolamento geográfico é uma realidade difícil de contornar, mas isso não significa que os Açores tenham que ficar isolados do Mundo. Hoje vivemos efectivamente na "Aldeia Global", com ferramentas de comunicação que eliminam fronteiras naturais e artificiais. Aposta nas novas tecnologias de informação para aproximar os Açores do Mundo, inclusivamente da comunidade emigrante.

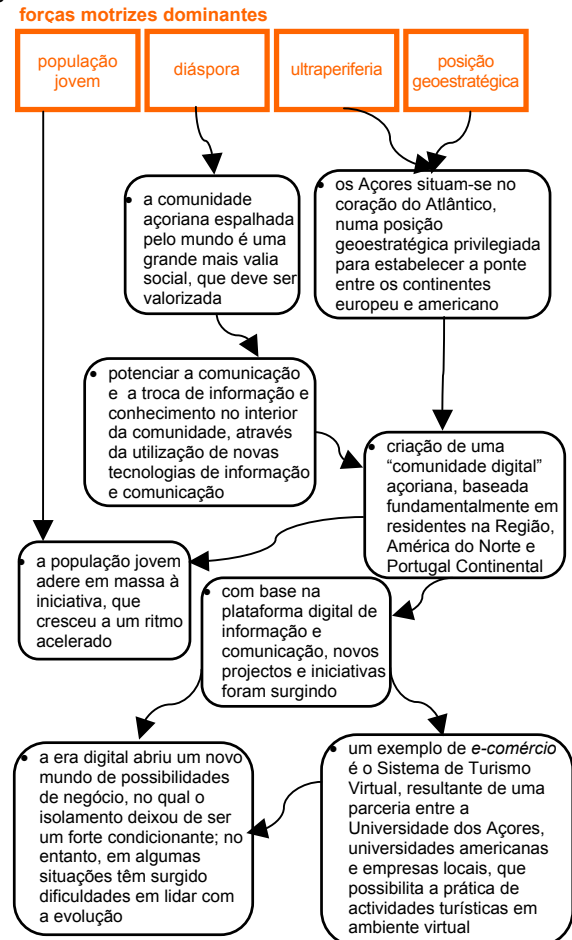


Figura 5 Diagramas causais dos cenários de desenvolvimento elaborados (continuação)

A análise e discussão destes e de outros cenários de desenvolvimento proporcionam uma oportunidade para a identificação de questões chave sobre as quais é necessário reflectir e assumir opções estratégicas, tendo em conta a avaliação das respectivas consequências e a correspondente procura de soluções ambientalmente correctas, socialmente justas e economicamente eficientes. É esse o quadro no qual a intervenção da comunidade e dos seus diversos agentes deve permitir definir e consolidar a **visão partilhada de desenvolvimento a longo prazo** para os Açores (Figura 6). A quantificação desta visão poderá posteriormente contribuir para o estabelecimento de **metas regionais para o desenvolvimento sustentável**.

O *website* dos **Estudos de Base** (<http://sra.azores.gov.pt/predsa>) disponibiliza um pequeno questionário, que pretende constituir uma forma de participação estruturada na reflexão e discussão dos cenários de desenvolvimento apresentados e de algumas questões chave para o processo de desenvolvimento da Região.

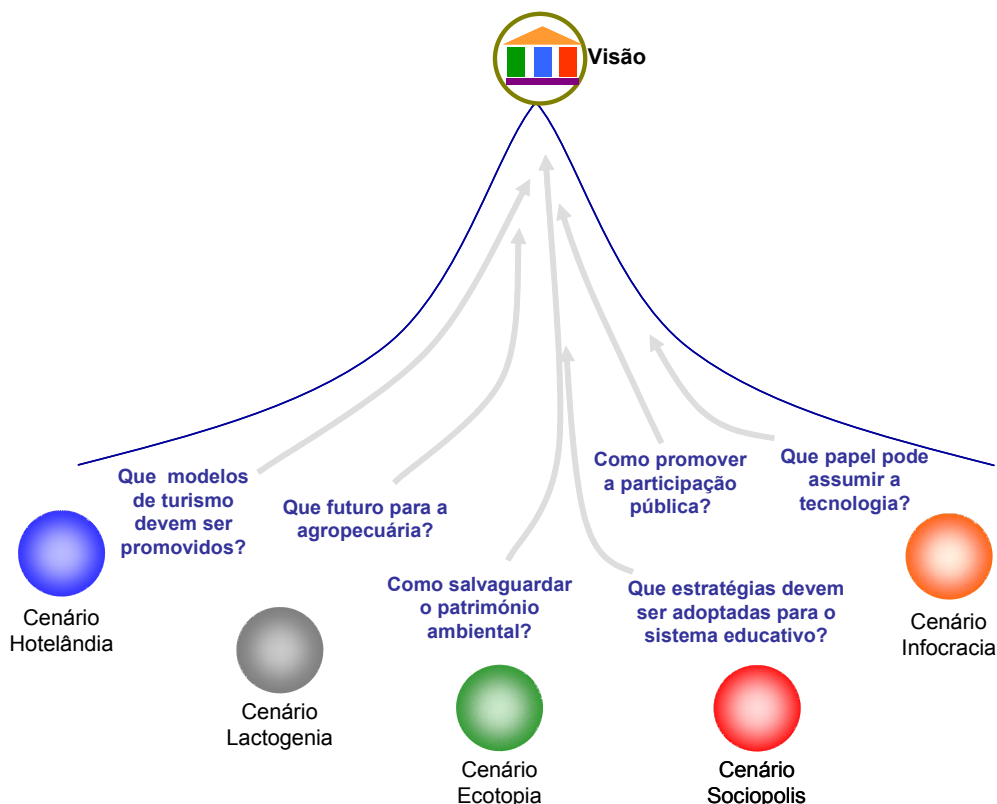


Figura 6 Discussão de cenários como ferramenta para a definição de uma visão partilhada de desenvolvimento

Proposta para a Implementação – Construindo o Amanhã

O desenvolvimento na Região Autónoma dos Açores pretende internalizar a protecção do ambiente e assegurar a coesão social e cultural no quadro da sua expressão insular, territorialmente dispersa. Assim, a definição do desígnio (missão) e das prioridades estratégicas para a **sustentabilidade** baseiam-se, mas não se esgotam, nos problemas do presente e concretizam a partilha de uma **visão** de futuro para a Região. Essa visão comum, esse **desígnio regional** integrado num único paradigma, é identificada como a missão para a **Qualidade**, conceito entendido como indissociável da sustentabilidade. Neste quadro, e tendo em conta o conjunto de reflexões efectuadas, apresentam-se de seguida os pontos focais considerados intrínsecos ao desígnio da Qualidade, sob a forma de **“10+1 Prioridades para a Sustentabilidade dos Açores”**:

1. O investimento prioritário é nas pessoas
2. Uma economia regional baseada em vantagens competitivas
3. A componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores
4. O conhecimento e a inovação são instrumentos de Valor
5. O património cultural, social e religioso é o espírito da Região
6. A sustentabilidade energética é o exemplo do saber açoriano
7. Os riscos geológicos e tectónicos podem ser minimizados
8. Pensar global, decidir regional e agir local
9. As práticas de governância devem aproximar-se dos cidadãos
10. Os Açores devem estar no centro da Europa, junto dos Estados Unidos e com a Macaronésia
- 10+1. Das palavras à acção

O conhecimento e as opiniões recolhidas ao longo da elaboração do trabalho, bem como todo o conjunto de documentos consultados durante a sua execução, constituíram a base para a selecção destas propostas. O seu âmbito e conteúdo são certamente discutíveis mas, ainda assim, constituem um primeiro quadro de referência, essencialmente operacional, para a tomada de decisões. A estrutura de cada uma das prioridades pretendeu-se simples e concisa, para isso integrando uma **síntese de enquadramento/orientação** e **três objectivos** gerais. Em regra, os objectivos gerais foram entendidos como emblemáticos das linhas de orientação e, sempre que possível, contemplaram **indicadores de avaliação** para os anos de referência 2015 e 2030, bem como a respectiva **articulação com os objectivos** da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. A descrição completa das **“10+1 Prioridades para a Sustentabilidade dos Açores”** pode ser consultada na publicação disponível no *website* dos **Estudos de Base**.

Por outro lado, importa reforçar que o desenvolvimento sustentável é matéria (sobretudo) da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas das instituições públicas. No entanto, é certo que será necessário coordenar a participação e envolvimento do Estado – a nível da administração regional e da administração local – bem como de todas as partes interessadas (cidadãos, empresas e outros agentes económicos, partidos políticos, organizações não-governamentais, associações profissionais, instituições de investigação e desenvolvimento, ...). Esse papel pode ser catalisado por uma unidade orgânica, colocada sob a alçada directa da Presidência do Governo Regional e articulada com as entidades a nível local, sugerindo-se, para esse efeito, a constituição de uma **Agência Regional para o Desenvolvimento Sustentável** (Figura 7).



Figura 7 Articulação funcional da Agência Regional para o Desenvolvimento Sustentável com o Governo Regional e os Municípios (tendo por base a estrutura orgânica do VIII Governo Regional)

Participação Pública – Uma Componente Transversal

O desenvolvimento sustentável deve ser fortemente marcado por um processo participativo e pelo exercício da cidadania, não se esgotando em procedimentos formais, administrativos, de consulta. O envolvimento da sociedade deve ser estimulado e considerado em todas as fases, desde a obtenção de uma visão partilhada, ao processo de tomada de decisão, à delegação de responsabilidades nas acções, à avaliação e à respectiva revisão. Nesta matéria, a participação pública deve ser a mais alargada e abrangente possível, envolvendo todos os poderes políticos, as instituições governamentais e não governamentais e a sociedade civil (incluindo associações humanitárias, desportivas, recreativas, culturais, ambientais, de solidariedade social, cooperativas, fundações, entre outras).

No âmbito dos **Estudos de Base** foram levadas a cabo acções que tiveram como principal objectivo contribuir para o processo de envolvimento da população na dinâmica do

desenvolvimento sustentável, promovendo uma maior disponibilidade dos cidadãos para se integrarem em futuros processos de participação pública. Assim, A estratégia de envolvimento da população envolveu a **criação de um website na internet**, a **realização de sessões de trabalho (workshops)** e a **promoção do concurso escolar “Açores 2030”**.

Website na internet

O *website* do projecto na *internet* possibilitou a disponibilização permanente de toda a informação relativa aos trabalhos em curso, constituindo simultaneamente um fórum de debate e um meio privilegiado para auscultar críticas e sugestões, função que continuará a assegurar como interface de participação pública.

Sessões de trabalho (workshops)

As sessões de trabalho funcionaram como uma das principais ferramentas de envolvimento directo da população realizadas durante os **Estudos de Base**. O seu objectivo era o de, privilegiando uma abordagem directa e intensiva, familiarizar sectores da sociedade açoriana com as temáticas associadas à sustentabilidade, ensaiando metodologias de trabalho que permitam, num processo mais alargado, chegar à definição de uma visão comum para os Açores. Simultaneamente, e de acordo com os princípios definidos na Agenda 21, procurou enquadrar-se a leitura dos dados numa escala de proximidade, que permitisse divisar estratégias de resolução dos problemas geradas com base numa análise directa e local das questões que afectam o dia-a-dia das populações. A **Figura 8** apresenta alguns aspectos relacionados com a avaliação dos eventos efectuada pelos participantes, bem como fotografias dos mesmos.

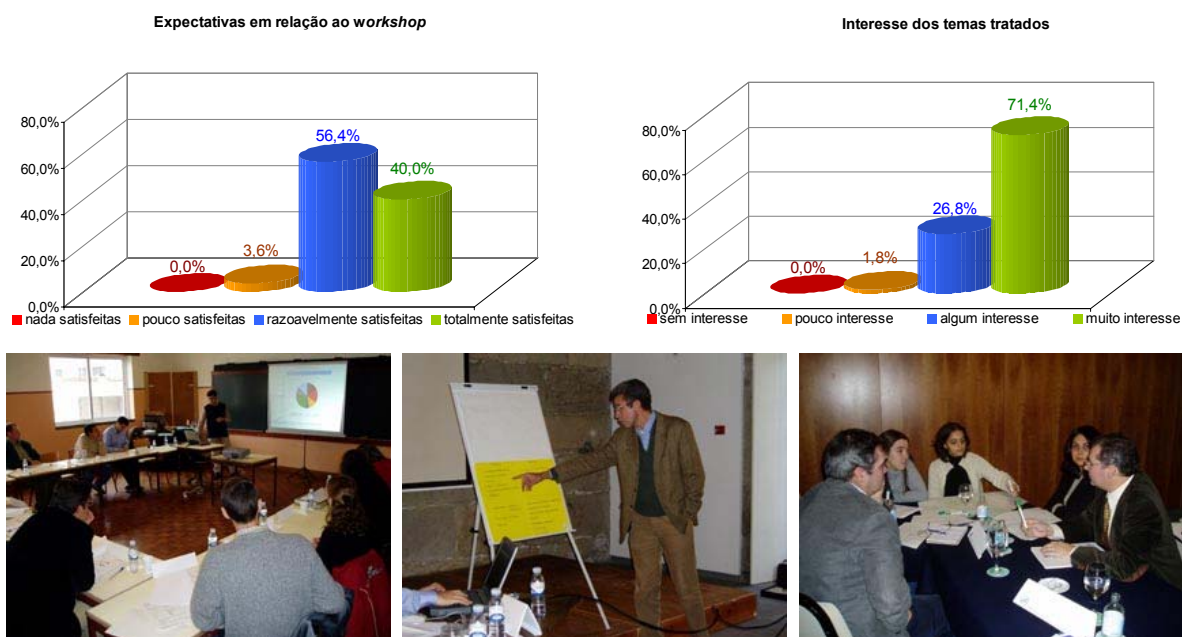


Figura 8 Alguns aspectos das sessões de trabalho realizadas nos Açores

Concurso “Açores 2030”

Sendo o desenvolvimento sustentável um processo eminentemente voltado para o futuro, cujos resultados são sentidos mais a médio e longo prazo do que no imediato, era forçoso que os **Estudos de Base** dedicassem especial atenção às camadas mais jovens da população. Deste modo, e numa vertente marcadamente pedagógica, foi lançado o concurso “Açores 2030”, destinado à população escolar dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, bem como aos alunos do ensino secundário. O objectivo do concurso era chegar não apenas aos jovens, mas indirectamente, aos seus agregados familiares, de forma a encetar um processo de diálogo que alertasse uns e outros para a necessidade da sustentabilidade, preparando o terreno para um exercício de cidadania mais informado, atento e responsável. O regulamento e os trabalhos desenvolvidos no âmbito desta iniciativa podem ser consultados no *website* do Estudo.

As diversas iniciativas de participação pública referidas procuraram divulgar a utilização de indicadores como ferramentas de monitorização do desenvolvimento, obter dados para o ensaio de uma visão partilhada e identificar pontos fortes/fracos e oportunidades/ameaças (análise SWOT) para o desenvolvimento do arquipélago (a **Figura 9** apresenta um resumo dos resultados obtidos para esta última ferramenta, que foram utilizados, por exemplo, para definir as forças motrizes dos cenários apresentados anteriormente). Refira-se ainda que os trabalhos efectuados pelos participantes nas diversas iniciativas de participação pública resultaram directamente em alguns dos elementos apresentados na publicação que consubstancia o corolário dos **Estudos de Base**.



Figura 9 Análise SWOT elaborada com base no trabalho dos participantes nos *workshops*

Conclusões

O envolvimento e a participação activa da comunidade na obtenção, análise e difusão de informação, bem como o entendimento da sustentabilidade como uma visão orientada para a melhoria contínua do desempenho ambiental, económico e social, são duas das coordenadas de orientação que devem nortear o desenvolvimento de qualquer território.

O conjunto de matérias que constituiu o âmbito do trabalho efectuado revelou-se, em alguns casos, claro e objectivo, mas noutros relativamente opaco e com um elevado grau de incerteza,

dualidade própria de novos conceitos a operacionalizar como são, na verdade, os da sustentabilidade. Deve reconhecer-se que, em diversos casos, os dados disponíveis para efectuar uma avaliação de índole mais quantitativa revelaram-se manifestamente insuficientes e, certamente, um esforço de obtenção de informação mais fiável e desagregada será vantajoso em futuros projectos. Assume-se também que a participação pública deveria ter sido mais ampla, mas o esforço efectuado nesse sentido foi limitado pela disponibilidade de recursos.

Não obstante os condicionalismos assumidos, resultantes na sua maioria do estado ainda pouco consolidado das metodologias para concretizar este tipo de abordagem, julga-se que a presente iniciativa foi claramente positiva. Para esse facto contribuiu o entusiasmo colocado pelos especialistas e não especialistas nos vários eventos e trabalhos efectuados no âmbito dos **Estudos de Base**, constituindo a qualidade dos contributos recebidos o aspecto mais determinante para atingir o cumprimento dos objectivos propostos.

Agradecimentos

A equipa técnica agradece ao Arquitecto Eduardo Carqueijeiro e à equipa da Direcção Regional do Ambiente toda a colaboração prestada e expressa o seu reconhecimento por todos os contributos recebidos no âmbito dos **Estudos de Base** - nomeadamente nas sessões de trabalho (*workshops*), no Concurso “Açores 2030” e no envio de textos técnicos, artigos de opinião e desenhos - que muito enriqueceram “*Uma Perspectiva para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores*”, livro actualmente em edição e que sintetiza o trabalho desenvolvido.

Referências

COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1991): O nosso futuro comum, Méribérica/ Liber Editores Lda.

EUROPEAN ENVIRONMENTAL AGENCY (2001): Scenarios as tools for international environmental assessments, Experts’s corner report, Prospects and Scenarios N° 5, Environmental issue report N° 24, EEA, Copenhaga, Dinamarca.

GALLOPÍN, G., HAMMOND, A., RASKIN, P. & SWART, R. (1997): Branch Points: Global Scenarios and Human Choice, PoleStar Series Report n° 7, Global Scenario Group, Stockholm Environmental Institute, Suécia.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (1997): Assessing Sustainable Development – Principles in Practice, Canada.

MEADOWS, D.H., MEADOWS, D.L., RANDERS, J. & BECHRENS, W. (1972): Limits to grow, Universe Books, Nova Iorque, Estados Unidos da América.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (2002): Guidance on Preparing a National Sustainable Development Strategy, Acra, Gana.